

RESOLUÇÃO DE CONJUNTURA APROVADA NO 42º CONUBES

O Brasil enfrenta uma das piores crises - política, econômica e institucional - da sua história. Após o golpe contra a presidenta Dilma, eleita democraticamente, o governo ilegítimo de Michel Temer tem implementado um programa neoliberal de forte arrocho, retirada de direitos e entrega das nossas riquezas. A perda dos direitos trabalhistas, as privatizações e a imposição de uma agenda neoliberal e regressiva aponta para a necessidade de intensificar a luta em defesa da democracia e da soberania nacional.

Precisamos denunciar e lutar pela revogação da Reforma Trabalhista e a precarização das relações de trabalho, que impõe para a classe trabalhadora décadas de retrocessos. Além disso, trata-se de uma medida que intensifica o desemprego no Brasil, que já chega a um patamar de mais de 14 milhões, atingindo, especialmente, a juventude negra.

A proposta de desmonte da Previdência Social ataca diretamente os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, que com a diminuição do salário mínimo receberão ainda menos e, se quiserem receber o valor integral da aposentadoria, terão que contribuir por 40 anos, trazendo de volta os tempos da escravidão para o povo trabalhador brasileiro.

A Emenda Constitucional 95 (antiga PEC 55 e 241) é outra medida que ataca diretamente os direitos da juventude, impondo um teto para investimentos em saúde, segurança e, especialmente, a educação. A EC inviabiliza o cumprimento das metas do PNE, como a destinação de 10% do PIB para o setor educacional.

Além disso, a EC 95 contribuiu fortemente para o desmonte das políticas públicas aplicadas durante os governos Lula e Dilma de ampliação do acesso à educação no campo e na cidade. Metade da juventude brasileira reside nos pequenos e médios municípios, os quais foram amplamente beneficiados com tais políticas. Agora, após os cortes do governo golpista, o projeto de ampliação do acesso à educação pelo interior do Brasil foi interrompido e sofre com graves retrocessos. O resultado dessa política nefasta é o êxodo das juventudes dos pequenos e médios municípios cada vez mais para os grandes centros urbanos, contribuindo com o aumento da violência.

Já o projeto de redução da maioria penal de 18 para 16 anos, combatido com afinco pela UBES no começo de 2015, está de volta no Senado. O conservadorismo colocou novamente no centro do debate social do Brasil a redução da maioria penal. A alternativa apresentada para a juventude têm sido o encarceramento, principalmente, da juventude negra e pobre, que é vítima cotidianamente de uma política de extermínio institucionalizada, tanto pelo judiciário quanto por uma polícia ainda equivocadamente militarizada.

Outra ação que faz parte do pacote de maldades de Temer contra a juventude é a Reforma do Ensino Médio, cuja lei 13.415/2015 foi implementada pelo governo ilegítimo via Medida Provisória sem a participação de setores educacionais e estudantis.

Vivemos um cenário de frontais ataques aos direitos consolidados pela Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, é necessário defendê-la. Acreditamos ainda que o movimento social precisa apontar caminhos para derrotar as reformas impopulares e a crise institucional apresentadas pelo governo Temer, como a convocatória de uma constituinte soberana, democrática e sem financiamento empresarial e/ou de um referendo revogatório das reformas impopulares, ou seja, avaliar saídas que conclamem o povo a participar da política e derrotar a agenda neoliberal.

Além de empobrecer os currículos e de refundar dois modelos de escolas excludentes e com marcas de classe, raça e localidade, Temer e seu ministro golpista mentem para os estudantes

brasileiros em suas propagandas divulgadas na grande mídia. Não é verdade que vamos poder escolher e decidir nosso futuro!

O desenvolvimento desta plataforma de Michel Temer e das grandes elites brasileiras abriu as portas para a expressão de um conservadorismo radical e obscurantista. Nesse contexto, a laicidade do Estado é atacada, sendo imposta uma agenda de censura e repressão, exemplificada pela Lei da Mordaça. E fica também cada vez mais evidente o aprofundamento do machismo, racismo e LGBTfobia.

A repressão e a criminalização dos movimentos sociais e das organizações políticas têm sido intensificadas. Nesse sentido, a UBES se coloca contra a perseguição que se estende também a diversas lideranças populares, como é caso do ex-presidente Lula (cujo direito à candidatura está ameaçada), na tentativa de inviabilizar candidaturas do campo progressista. Nesse processo, o judiciário ganha relativa autonomia, conduzindo operações através de mecanismos abusivos e afrontando o Estado Democrático de Direito, como é o caso da operação Lava Jato do Juiz Sérgio Moro. Prisões preventivas para forçar delações, escutas e vazamentos de informações seletivamente têm servido para a perseguição da atividade política e, especialmente, da esquerda.

Além disso, é crucial lembrar que a crise não pode ser resolvida com o fim das políticas públicas e a oneração da classe trabalhadora e da juventude. Lutar por um outro modelo de política econômica é central para tirar o Brasil da recessão, tendo como norte a retomada da economia, a redução da taxa de juros, a auditoria da dívida pública e a taxação das grandes fortunas. É preciso que a UBES defenda um projeto de país a favor dos direitos do povo.

Para uma vitória da esquerda, da classe trabalhadora e da juventude, é importante centrar forças na construção das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, contribuindo nas formulações do "Plano Popular de Emergência" e das plataformas "VAMOS!" e "Brasil Que o Povo Quer".

Nesse sentido, amplitude é imprescindível para a luta pela defesa da democracia e do Brasil. O Movimento Estudantil demonstrou mais uma vez na história que a unidade entre as forças populares é possível e fundamental para tirar o país da profunda crise, retomar o desenvolvimento econômico e derrotar as reformas impopulares. É unificando o Movimento Estudantil que iremos defender no próximo período a educação brasileira.

Entendemos, pois, que a UBES deve convocar no próximo semestre uma grande Jornada de Lutas dos estudantes brasileiros em defesa a educação pública. Não podemos titubear na organização da luta e da juventude brasileira para enfrentar a crise e defender a soberania nacional. Vamos construir uma mobilização que deixe um recado: estamos lutando pela pátria brasileira, contra as reformas impopulares e pela democracia nas escolas e no país!